

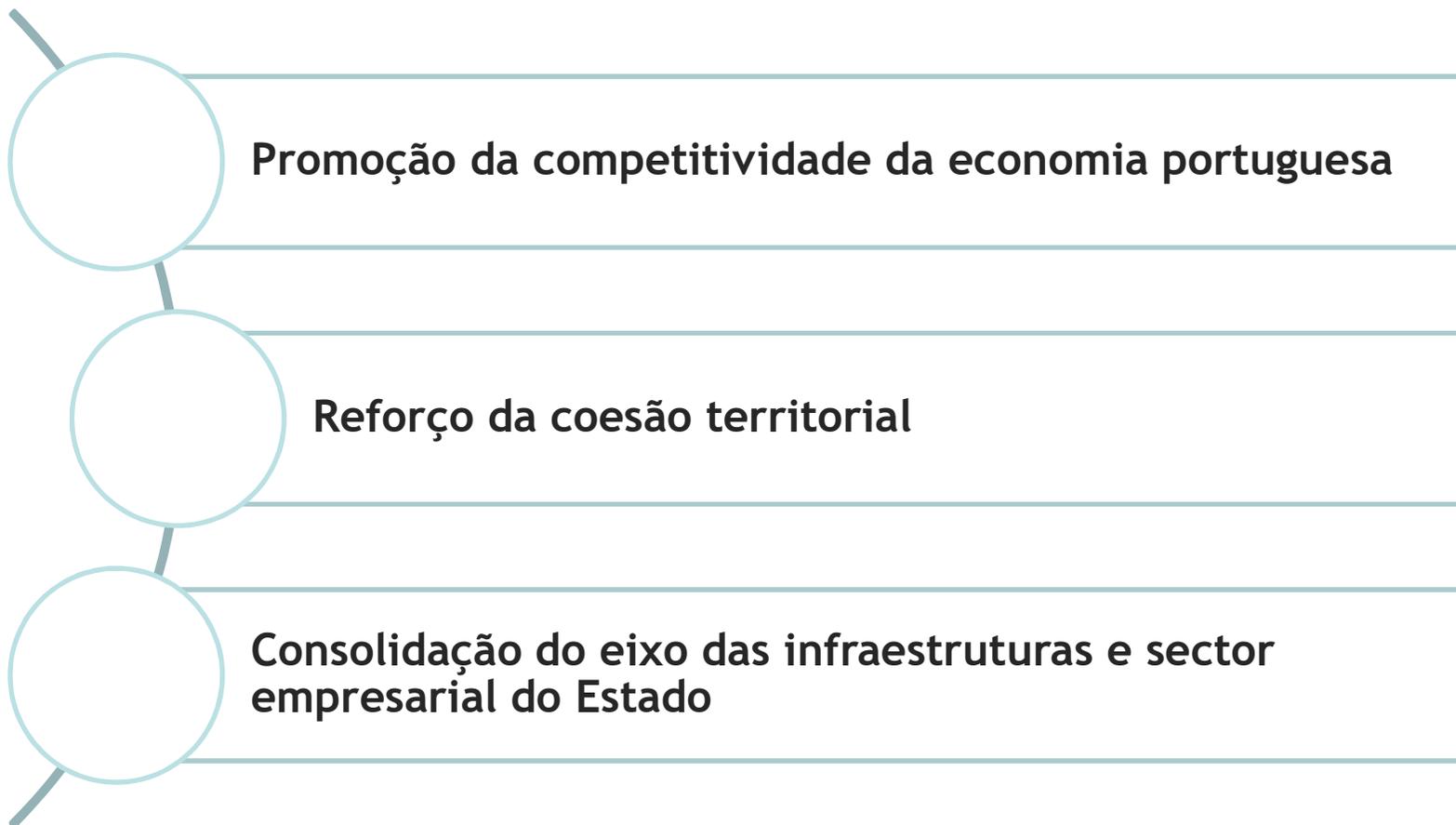


REPÚBLICA
PORTUGUESA

Ministério do Planeamento e Infraestruturas

PO14 | Programa Orçamental 2016 - Planeamento
e Infraestruturas

fev.2016



Desenvolvimento e Coesão

Aceleração da Execução de Fundos Comunitários

- Para dinamizar o investimento, o Governo aposta numa utilização eficaz dos recursos financeiros disponíveis nos fundos europeus.
- Para 2016, a prioridade de intervenção estará centrada na execução extraordinária dos fundos estruturais integrados no Portugal 2020 (“PT 2020”), elevando a transferência de recursos para os beneficiários finais, para que se verifique uma rápida retoma do investimento privado e público.
- A estimativa de impacto orçamental da medida relativa à antecipação de fundos europeus é de 315 milhões de euros em 2016, representando o esforço financeiro do Estado associado à contrapartida pública nacional.
- Principais medidas a implementar em 2016 – medidas operacionais:
 - Conclusão do processo de certificação das Autoridades de Gestão que permita efetuar pedidos de reembolso de fundos à Comissão Europeia;
 - Operacionalização dos instrumentos financeiros;
 - Disponibilização integral dos sistemas de informação do Portugal 2020;
 - Garantir o cumprimento das condicionalidades *ex ante* de apoio aos transportes e à eficiência energética, bem como iniciar e concluir os mapeamentos das infraestruturas sociais, de investigação & inovação e de acolhimento empresarial;
 - Reforço da simplificação no acesso aos fundos.

Desenvolvimento e Coesão

Aceleração da Execução de Fundos Comunitários

(continuação)

- Principais medidas a implementar em 2016 (tipologias a apoiar):
 - Dinamizar o investimento privado de internacionalização e inovação, bem como o investimento no desenvolvimento e coesão territorial;
 - Promover a capitalização das empresas, através de instrumentos financeiros para as empresas;
 - Lançar os investimentos em reabilitação urbana e na eficiência energética, promovendo a sustentabilidade dos territórios urbanos;
 - Concluir a disponibilização de medidas do Portugal 2020, designadamente, na área do apoio a pessoas com deficiência e na promoção do sucesso escolar.

Desenvolvimento e Coesão (continuação)

Aceleração da Execução de Fundos Comunitários

(continuação)

- **Plano 100:**

- Objetivo:

Atingir 100 M€ de pagamentos de incentivos no âmbito do PT 2020 nos primeiros 100 dias do Governo.

- Enquadramento de partida:

Até à tomada de posse do Governo, os incentivos disponibilizados às empresas, no âmbito dos diversos programas operacionais do PT 2020, ascendiam a 4,3 M€ (0,04% do orçamento total do FEDER programado no PT 2020), tendo apoiado 15 empresas ou associações empresariais.

A execução verificada até final de novembro de 2015 revelava ainda um insuficiente ritmo de contratação face ao portfolio global de projetos aprovados.

Desenvolvimento e Coesão (continuação)

Aceleração da Execução de Fundos Comunitários

(continuação)

▪ Plano 100:

- Plano de ação:

Para atingir esta meta, entre outras medidas, procedeu-se ao reforço dos mecanismos de garantia mútua exigidos para a obtenção de adiantamentos.

Simultaneamente, procedeu-se à flexibilização da operacionalização do acesso aos adiantamentos por parte dos beneficiários.

- Ponto de situação:

Atualmente, o **montante global de pagamento de incentivos ascende a 80,4 M€, alavancando 536 M€ de investimento elegível e abrangendo 407 projetos.**

A taxa de contratação (incentivo contratado/incentivo aprovado) passou de **48%, em finais de novembro de 2015, para 85%** nesta data, encontrando-se contratados 3.886 projetos com um montante global de incentivos de 789 M€, permitindo alavancar um investimento de 1.484 M€.

Desenvolvimento e Coesão (continuação)

Aceleração da Execução de Fundos Comunitários

(continuação)

▪ Plano de Dinamização de Investimentos de Proximidade:

- Objetivo:

Promover a dinamização das economias locais, nomeadamente através da requalificação e prestação de serviços públicos, pelo seu forte efeito de arrastamento na economia local.

Neste âmbito, encontram-se os investimentos previstos no Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que representam o programa de investimentos das Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas associado às respetivas estratégias de desenvolvimento territorial.

- Enquadramento de partida:

Existência de condicionalismos à implementação e execução do PT 2020, nomeadamente no que se refere ao investimento de proximidade, por realizar, na sequência das orientações anterior Governo ou em discussão com a Comissão Europeia (exemplo: mapeamento de infraestruturas).

- Ponto de situação:

Lançamento, no início de fevereiro de 2016, dos concursos para a requalificação de infraestruturas escolares, de saúde e do património cultural edificado, num montante de 374 M€ de incentivos FEDER, permitindo alavancar um investimento total de cerca de 450 M€ e potenciando a criação de cerca de 11.000 postos de trabalho.

Desenvolvimento e Coesão (continuação)

Aceleração da Execução de Fundos Comunitários

(continuação)

- **Contratualização dos apoios ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (“DLBC”):**
 - Objetivo:
Promover a disponibilização de apoios e incentivos a iniciativas das comunidades locais destinados a promover o desenvolvimento, a diversificação e a competitividade das economias locais, o empreendedorismo, a criação de postos de trabalho e a melhoria das condições de vida das populações.
 - Ponto de situação:
Incentivos financeiros definidos no montante global de 310 M€, com a seguinte distribuição:
DLBC Rurais – 243 M€;
DLBC Costeiros – 39 M€;
DLBC Urbanos – 28 M€.

Desenvolvimento e Coesão (continuação)

Encerramento do QREN 2007-2013

- Em paralelo com as medidas de aceleração da execução de fundos comunitários, o Governo pretende concluir o processo de encerramento do QREN relativo ao período 2007-2013.
- O processo de encerramento do QREN decorrerá ao longo de 2016, assumindo-se como objetivo a sua execução a 100%.

Promoção de outros instrumentos financeiros

- O Governo promoverá o aproveitamento de oportunidades de financiamento propiciadas por programas comunitários como o *Horizonte 2020*, o *COSME*, o *Connecting European Facility* (CEF), o *European Economic Area Grants* e o acesso aos financiamentos do Banco Europeu de Investimento.
- Será acompanhado o Plano de Investimento Europeu, denominado Plano *Juncker*, promovendo a apresentação de projetos de investimento e de iniciativas públicas que possam merecer apoio.

Novo Impulso para a Convergência

- Será dinamizada a abordagem consignada no Programa do Governo para um Novo Impulso para a Convergência que pretende colocar em discussão, a nível europeu, a necessidade de medidas para dar um novo impulso à convergência.
- Esta iniciativa organiza-se em torno de cinco pilares: i) qualificação das pessoas, ii) modernização do Estado, iii) renovação urbana, iv) eficiência energética e inovação e v) financiamento empresarial.

Infraestruturas

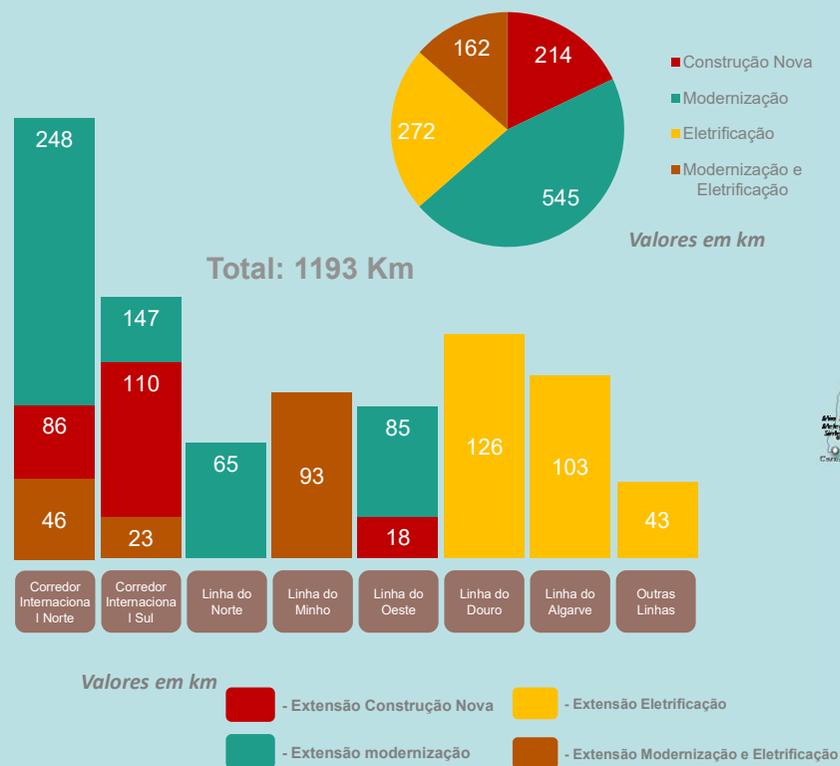
Execução do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (“PETI3+”)

- Será dada prioridade aos **investimentos na área ferroviária**, já previstos no PETI3+, promovendo o reforço da conectividade interna e internacional do território nacional (às escalas nacional e ibérica), a competitividade, a indução do investimento privado e a criação de emprego.
- **Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020:**
 - Objetivo:
Executar os investimentos estratégicos em infraestruturas ferroviárias previstos no âmbito do PETI3+ e das Redes Transeuropeias de Transportes, de forma a atingir os seguintes principais objetivos:
 - Maior capacidade de transporte e, conseqüentemente, melhor eficiência operacional (aumento do comprimento máximo dos comboios para o *standard* europeu de 750 m);
 - Estabilizar as velocidades máximas, garantindo assim um melhor desempenho da circulação;
 - Aumentar as condições de segurança, com reflexos na melhoria da fiabilidade do serviço;
 - Favorecer a interoperabilidade, facilitando a ligação a Espanha e à Europa;
 - Permitir maior flexibilidade nos itinerários, criando condições para uma melhor oferta de serviços de transporte;
 - Reforçar a intermodalidade, através da ligação/articulação a plataformas logísticas/estações ferroviárias de mercadorias.

Infraestruturas (continuação)

Execução do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (continuação)

- **Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 (continuação):**
 - Tipologia de investimentos previstos por extensão de linha:

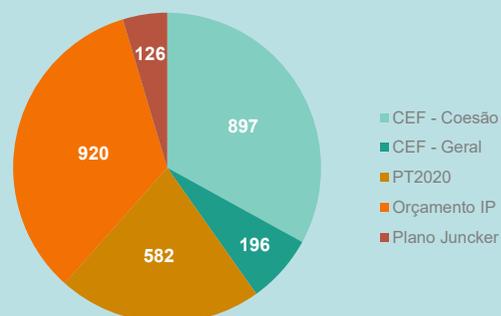


Infraestruturas (continuação)

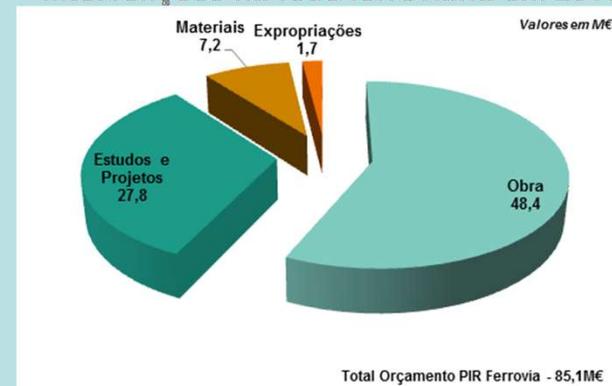
Execução do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (continuação)

- Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 (continuação):
 - Fontes de financiamento:

Fontes financiamento (M€)
(2016-2021)



Intervenções na rede ferroviária em 2016



Infraestruturas (continuação)

Execução do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (continuação)

- **Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 (continuação):**

- Plano de ação para 2016:

Corredor Internacional Norte

- Adjudicação do projeto:
 - ✓ Pampilhosa - Mangualde: abr.2016
 - ✓ Mangualde - Guarda: abr.2016
 - ✓ Guarda - Vilar Formoso: abr.2016
- Lançamento de concursos para obra:
 - ✓ Covilhã - Guarda: set.2016
 - ✓ Concordância LBB-LBA: set.2016

Linha do Norte

- Início de obra:
 - ✓ Alfarelos - Pampilhosa: mar.2016
- Lançamento de concurso para projeto:
 - ✓ Braço de Prata - Alverca (terminal da Bobadela): jul.2016

Linha do Minho

- Lançamento de concurso para obra:
 - ✓ Nine - Viana: mar.2016

Corredor Internacional Sul

- Adjudicação do projeto:
 - ✓ Sines - Ermidas - Grândola: mar.2016
 - ✓ Évora Norte - Elvas: mar.2016
 - ✓ Elvas - Fronteira: mar.2016
- Lançamento de concursos para obra:
 - ✓ Évora - Évora Norte: abr.2016
 - ✓ Elvas - Fronteira: dez.2016

Linhas Complementares

- Linha do Algarve:
 - ✓ Lançamento de concurso para projeto: abr.2016
 - ✓ Início do projeto: out.2016
- Linha do Douro- Caíde / Marco:
 - ✓ Conclusão da Obra: dez.2016

Infraestruturas (continuação)

Transporte ferroviário de passageiros

- No transporte ferroviário de passageiros, promover-se-á o investimento na modernização do material circulante e na reposição do nível de operacionalidade e segurança.
- Plano de ação para 2016:
 - Intervenção de Meio de Vida dos CP Alfa:
Este programa de intervenção consiste na remodelação profunda dos 10 comboios CPA4000, incluindo o *design* exterior e interior, bancos e materiais de revestimento, sistemas de iluminação, remodelação de Bar e WC's e manutenção de sistemas mecânicos e hidráulicos.
No contexto do posicionamento destas unidades como meio de transporte que permite a continuação do trabalho ou o usufruto de experiências multimédia, serão também melhoradas as condições de acesso Wi-Fi às redes de comunicações móveis e todos os bancos terão tomadas elétricas individuais.
Para 2016 prevê-se a conclusão da modernização das primeiras 2 unidades.
 - Outras reparações:
Intervenções para reposição do nível de operacionalidade e segurança do material circulante, sendo realizadas em função da utilização do material (limite de km pré-definidos do ciclo de manutenção).
Para 2016 prevê-se a intervenção em 33 unidades.
- Estimativa do impacto orçamental para 2016:
 - O impacto orçamental destes investimentos na CP deverá ascender a 14 M€.

Infraestruturas (continuação)

Setor Rodoviário

- Plano de Proximidade Rodoviário:
 - O Governo continuará a desenvolver a rede básica de infraestruturas rodoviárias, numa perspetiva de requalificação.
- Conclusão do Túnel do Marão:
 - Para a coesão territorial, destaca-se a conclusão do Túnel do Marão, empreendimento da Rede Transeuropeia de Transportes.

Setor Aeroportuário

- O Governo irá analisar, já a partir de 2016, a solução futura para o desenvolvimento da capacidade aeroportuária na área metropolitana de Lisboa.
- O Governo dará, em 2016, concretização legal à negociação desenvolvida, com sucesso, com o acionista privado, no sentido de ser o maior acionista da TAP.

Contratação Pública

- Em 2016, procede-se à revisão do Código da Contratação Pública transpondo novas diretivas comunitárias e aumentando a transparência e eficiências da contratação pública.

Infraestruturas (continuação)

Parcerias Público- Privado ("PPPs") Rodoviárias

- A política orçamental deste Governo deverá reger-se por dois princípios fundamentais:
 - Garantia da sustentabilidade das contas públicas a médio e longo prazo, devendo, para tal, o sector público concentrar esforços na conclusão dos processos de negociação dos diversos contratos de PPP atualmente em curso;
 - Garantia da defesa intransigente do interesse público, através de uma gestão e utilização eficiente dos recursos, por parte das administrações públicas, em particular no planeamento, avaliação e estruturação de projetos públicos.
- Encargos Plurianuais com PPPs Rodoviárias:
 - O ano de 2016 deverá marcar o ponto máximo de encargos líquidos com PPPs rodoviárias.
 - A estimativa de encargos brutos com PPPs rodoviárias para o ano de 2016, inscrito no mapa de encargos plurianuais do OE16, ascende a 1.537 M€, representando um acréscimo de 14% face ao ano de 2015.
 - Os encargos líquidos com PPPs rodoviárias para o ano de 2016 (que incorporam o impacto das receitas de portagens) ascende a 1.206 M€, representando um acréscimo de 20% face ao ano de 2015.

Infraestruturas (continuação)

Parcerias Público- Privado ("PPPs") Rodoviárias (continuação)

- Negociações das PPPs Rodoviárias:
 - Ponto de situação:

Concessões do Estado (9 concessões / Ex-SCUT)

- Processos concluídos e fechados.
Contratos assinados e a produzir efeitos.

Subconcessões da IP (Baixo Alentejo e Algarve Litoral)

- Processos concluídos, a aguardar
assinatura dos contratos e submissão ao
Tribunal de Contas.

Subconcessões da IP (Baixo Tejo, Litoral Oeste e Pinhal Interior)

- Em curso. Concluído acordo financeiro.
Em fase de consensualização das
alterações contratuais.

Subconcessões da IP (Transmontana e Douro Interior)

- Em curso. Processos sem qualquer acordo
alcançado.

Infraestruturas (continuação)

Parcerias Público- Privado ("PPPs") Rodoviárias (continuação)

- Negociações das PPPs Rodoviárias (continuação):

- Resultados alcançados:

Enquadramento geral

- O Governo anterior anunciou, na nota explicativa do OE15, a obtenção de uma redução de encargos de 7.500 M€, dos quais 2.525 M€ corresponderiam às 9 concessões do Estado, entretanto já renegociadas.
- A estimativa de redução de encargos acima referenciada terá sido apresentada numa base de preços nominais e com inclusão de IVA.
- A preços atualizados e sem IVA, as reduções de encargos líquidos nas referidas 9 concessões do Estado, entretanto já renegociadas, pode ascender a 722 M€, valor que compara com a estimativa de redução de encargos de 2.525 M€ anunciada pelo anterior Governo.
- Importa referir que as reduções de encargos líquidos decorrentes destas renegociações são inferiores às reduções de encargos brutos, devido a:
 - Transferência dos encargos com grandes reparações para o Estado;
 - Transferência dos encargos com operação, manutenção e grandes reparações para a IP, relativos aos lanços transferidos nas subconcessões;
 - Suspensão de construção de novos lanços (encargo acrescido para o Estado, caso estes lanços venham a ser efetivamente construídos no futuro);
 - Transferência das receitas de portagem (Beira Interior);
 - Partilha de benefícios com concessionárias (possibilidade de prorrogação do prazo de concessão, partilha de receitas de portagem, poupanças com grandes reparações).

Infraestruturas (continuação)

Parcerias Público- Privado ("PPPs") Rodoviárias (continuação)

- Negociações das PPPs Rodoviárias (continuação):

- Resultados alcançados:

Concessões do Estado
(9 concessões / Ex-SCUT)

- A redução de encargos líquidos para o Estado, resultante da negociação destes contratos, pode ascender a cerca de 722 M€, em valores atualizados e sem IVA, por referência a dezembro de 2012, para o período compreendido entre 2013 e o termo das referidas parcerias.
 - Esta redução de encargos líquidos para o Estado representa um decréscimo de 9,5% face aos encargos assumidos pelo Estado antes do processo de renegociação e inclui a estimativa dos impactos resultantes da transferência dos encargos com grandes reparações para o Estado, da transferência de receitas de portagem da Beira Interior para a concessionária e da partilha de benefícios com algumas concessionárias.

Notas:

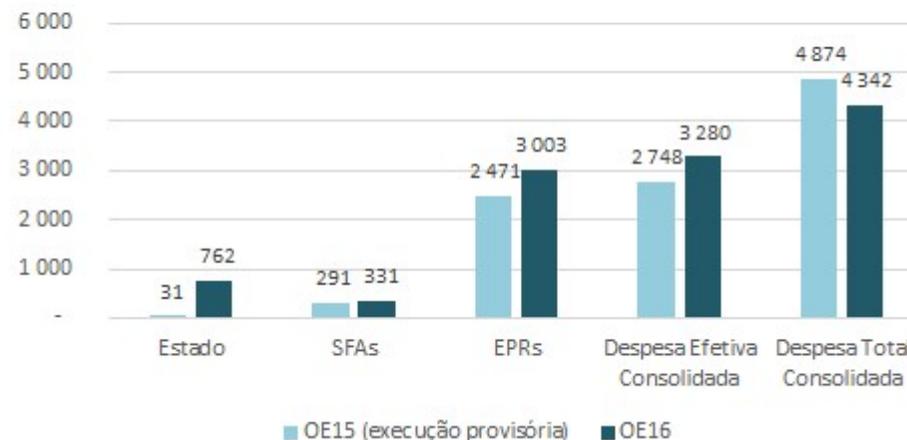
A estimativa de redução de encargos líquidos decorrente da negociação destes contratos, sendo uma projeção, pode variar em função de variáveis dinâmicas, como é o caso dos encargos efetivos que vierem a ser suportados pelo Estado em grandes reparações e em função do perfil de tráfego efetivo que venha a verificar-se nos empreendimentos rodoviários em apreço.

De referir ainda que da negociação destes contratos resultou o alargamento do princípio de neutralidade fiscal relativamente a variações na tributação direta sobre o lucro.

Despesa total consolidada:

- A despesa total consolidada do Programa Orçamental do MPI ascende a 4.342 M€ e regista um decréscimo de 11% (ou 532 M€) face à execução provisória de 2015, para o qual concorre principalmente:
 - Redução de cerca de 1.086 M€ de despesa relativa a ativos e passivos financeiros associados à IP e CP;
 - Aumento da despesa efetiva das Entidades Públicas Reclassificadas em cerca de 532M€, sendo de destacar:
 - IP: Aumento de €462M, 23% (aumento encargos com PPPs e investimento/conservação ferroviária e rodoviária);
 - CP: Aumento de €50M, 13% (investimento modernização alfas e conservação e reparação);
- A variação registada no Estado resulta do facto de, no OE16, a Contribuição do Serviço Rodoviário (no montante de 682,8 M€) passar a ser contabilizada como receita geral do Estado, consignada à IP.

Despesa Total Consolidada
(milhões de Euros)



Composição da Despesa do Estado

